



OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011. 153 p.

Daniela Spudeit¹

Trata-se da primeira obra publicada no Brasil em língua portuguesa em 2011 sobre RDA - sigla de *Resource Description and Access*, que em português pode ser traduzido como Recursos: Descrição e Acesso. A autora Chris Oliver oferece noções para conhecer e entender o novo código de catalogação que se apresenta perante a comunidade como RDA.

Chris Oliver, catalogadora há mais de 20 anos no Canadá, é presidente da Comissão Canadense de Catalogação e vem participando ativamente de todo o processo de desenvolvimento da RDA.

Nesta obra, ela apresenta a fundamentação teórica em que se baseia esta nova a norma de conteúdo e os benefícios que poderão advir com a adoção da RDA. A autora explica que esta norma surgiu a partir de uma tentativa de se revisar o Código de catalogação anglo-americano, ou seja, as *Anglo-American cataloguing rules* (AACR2), entretanto, com tantas mudanças na década de 90 devido à proliferação de novas práticas de publicação, novos recursos eletrônicos e novos meios de comunicação e de criação intelectual era impossível fazer apenas uma revisão.

Desta forma, num trabalho conjunto e cooperativo com várias instituições de organismos internacionais, bibliotecas nacionais, comissões nacionais de catalogação de vários países, capitaneado por *Joint Steering Committee for Development of RDA*, organismo responsável pela norma, foi construída a RDA a partir das AACR2, de outras normas e modelos reconhecidos mundialmente, sendo criada com base teórica nos dois modelos conceituais: Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridades (FRAD). Segundo Oliver, este arcabouço teórico constitui uma nova forma de pensar a respeito de dados bibliográficos e de autoridade favorecendo a organização e estrutura das instruções e do seu conteúdo.

¹ Bibliotecária e Mestre em Ciência da Informação. Professora colaboradora no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail danielaspudeit@gmail.com

Oliver apresenta exemplos, diferenças e comparações entre RDA e AACR2 auxiliando o leitor a entender os princípios e conceitos desta nova norma de catalogação que tem a pretensão de ser utilizada num contexto internacional abarcando todos os tipos de materiais e suportes em bibliotecas, arquivos, museus, editoras ou mesmo em ambientes passíveis de adaptações no modo de atender às necessidades próprias de outras comunidades.

Apoiada nas ferramentas cedidas pelas tecnologias da informação e na compatibilidade com o ambiente digital, uma das grandes novidades da RDA é seu escopo abrangente que possibilita o registro das informações conforme as próprias se apresentam na web. Por ser uma norma de conteúdo, a RDA define os elementos necessários à descrição e ao acesso, oferecendo instruções sobre como formular o dado a ser registrado em cada elemento, podendo ser codificado com o emprego de metadados existentes como MARC21, Dublin Core, entre outros. Proporcionando uma estrutura coerente, flexível e extensível tanto para descrição técnica quanto de conteúdo de todos os tipos de recursos e tipos de conteúdos, segundo Chris Oliver.

A obra dividida em sete capítulos apresenta e define RDA no primeiro capítulo, mostrando sua estrutura teórica e impactos da RDA para o ambiente em rede. No segundo capítulo, discorre sobre a RDA e sua relação com normas, modelos e princípios internacionais num ambiente que predomina a interoperabilidade, o compartilhamento de recursos, intercâmbio contínuo e reutilização de metadados.

Além de estar em consonância com os Princípios Internacionais de Catalogação (PIC), no terceiro capítulo, a autora retrata a relação da RDA com o FRBR e FRAD, modelos de entidade-relação, pois a RDA é uma aplicação prática desses modelos cujo enfoque maior se dá com foco no usuário. No caso do FRBR, as quatro tarefas de usuário são: encontrar, identificar, selecionar e obter com base nas entidades, atributos e relações entre as entidades. No FRAD, as quatro tarefas são encontrar, identificar, contextualizar e justificar, cuja ênfase se dá muito no papel das relações entre as entidades. Neste mesmo capítulo, Oliver apresenta o sumário da RDA separado em dez seções divididas por registro de atributos e de relações de manifestações, item, obra, expressão, pessoa física, família, pessoa jurídica, conceito, objeto, acontecimento e lugar.

No capítulo quatro, a autora discorre sobre as mudanças significativas do AACR2 em relação à RDA e os vínculos importantes que deram origem a esta nova norma, compatibilidades dos registros RDA e AACR2. Porém, é no quinto capítulo, que Oliver traça

um panorama entre os dois códigos apontando características importantes que ampliam o conhecimento da RDA no que diz respeito aos princípios, objetivos e modelos conceituais, foco no usuário, modo de publicação, elementos de dados, entre outros.

A implantação da RDA é abordada no sexto capítulo, onde Oliver apresenta aspectos importantes da implantação coordenada focalizando na transição das AACR2 para a RDA. E por último, no capítulo sete são ressaltadas as vantagens da RDA que se concretizarão em futuros ambientes da Rede com benefícios para as instituições, para catalogadores e criadores de metadados e, principalmente para os usuários da informação digital que serão os maiores beneficiados deste novo código de catalogação.

Ao final da obra, a autora disponibiliza uma relação de recursos e leituras selecionadas sobre RDA, modelos conceituais, metadados, e todo universo que abarca a catalogação descritiva digital.

Alicerçada no pressuposto que o atual cenário mundial privilegia a interoperabilidade, a RDA se apresenta como um novo recurso para a descrição, organização, recuperação e acesso de informação, seja em suporte tradicional ou digital, é neste contexto que a norma foi construída resultado de um trabalho coletivo no qual a autora descreve nesta obra.

Trabalho recomendado para leitura e estudo para todos que se interessam por catalogação, pois neste livro é possível compreender os princípios básicos do novo código de catalogação que se apresenta numa linguagem flexível e dinâmica dentro de um contexto digital que requer uma descrição e o acesso fidedigno aos novos recursos informacionais, permitindo o compartilhamento de recursos e racionalização do trabalho de catalogadores internacionalmente.



Resenha recebida em 24/04/2012